

**FERNÃO LOPES E A RETÓRICA**

**MEDIEVAL**

**MARIA DO AMPARO TAVARES MALEVAL**

**Niterói, Rio de Janeiro,**

**Editora da UFF, 2010**

**253 páginas, ISBN 978-85-228-0564-8**

Resultado da refundição da tese de doutoramento, *A revolução pelos ornamentos: Fernão Lopes*, defendida em 1982, o trabalho que Maria do Amparo Maleval publica tem como objeto de estudo a técnica retórica da *Crónica de D. João I. Parte primeira*. É intenção da autora revalorizar o «sentido original» da arte retórica, concretamente, a sua vinculação «a práticas democráticas, em um período em que o poder da palavra sobrepunha o da força» (89). De facto, à escala da época medieval, «o poder do povo, manifesto nos conselhos» soube impor-se pela palavra depois de ter vencido pelas armas. Como provavelmente todas as demais, esta é uma história que se vence com discursos e, no caso da novel dinastia de Avis, a palavra retórica traçou novos rumos ao reino. Não exatamente a palavra do povo, mas sobretudo a de Frei Rodrigo de Sintra e do Dr. João das Regras, na História, e de Fernão Lopes, seu émulo e criador destas e de outras personagens, na ficção.

A um capítulo inicial sobre a vida, obra e fontes historiográficas, segue-se uma breve história da retórica e da *ars praedicandi*, fornecendo ao leitor instrumentos de cotejo com o discurso persuasivo da crónica, o núcleo ino-

vador da obra. O trabalho passa em revista parte substancial da bibliografia publicada, ainda que algumas lacunas sejam de assinalar no que concerne à estética da crónica ou à sua dimensão providencial (v.g., Albano Figueiredo, Margarida Ventura, Hélder Macedo). Numa boa síntese do estado da arte, a autora discute temas caros à investigação sobre Fernão Lopes: a formação, a autoria das designadas «crónicas perdidas», a razão da suspensão da atividade do cronista-mor do reino, a sua ideologia e, particularmente, a da crónica em pauta, a relação entre os heróis individuais e coletivos. Ainda que nem sempre clarifique a sua posição, MAM subscreve a tese de Lindley Cintra sobre o estado de rascunho da *Crónica de 1419* e, na sequência de António José Saraiva e João Gouveia Monteiro, entre outros, inclina-se para a dimensão política da crónica e da exoneração do seu autor, consequência do apoio prestado à regência do infante D. Pedro. Já em relação ao estatuto dos protagonistas, concorda com Lúcia Perrone Passos quanto ao heroísmo de Nuno Álvares Pereira e do povo e com a questionável versão anti-heróica do Mestre, sem todavia a confrontar com a tese de Teresa Amado sobre a complementaridade entre D. João e o Condestável.

Considerando que «Aristóteles assimilado por Fernão Lopes ou o cronista lido através das lições do Estagirita se apresentam como propostas oportunas» (18), a atenção de MAM centra-se

na organização retórica do discurso e na relevância da alegoria *lato sensu* na legitimação da dinastia de Avis. Porém, a disjuntiva inicial não é esclarecedora e a argumentação não clarifica a via que segue. Não está em causa o movimento retórico que acompanha a crónica e que a autora sagazmente demonstra, mas subsiste o problema da filiação. Circunscrever essa matriz a Aristóteles parece redutor, tanto mais que, como bem sublinha, o seu legado era mediado pela receção transformadora de autores como Cícero ou Santo Agostinho e que tanto a arte retórica como a sua cristianização ecoavam nas artes da pregação igualmente determinantes na escrita e nos propósitos de Fernão Lopes. MAM demonstra-o no segundo capítulo, começando por abordar os primados da retórica clássica, com destaque para a preceptiva aristotélica, e a sua revalidação atual nos enfoques histórico-literário, de E. R. Curtius, discursivo, de C. Perelman, ou sistematizador, de H. Lausberg. Na segunda parte, transita da herança latina (com Cícero e com a *Retórica a Herênio*) para a cristianização da retórica, sob a égide de Santo Agostinho, com *A Doutrina cristã*, e para a posteriormente sistematização nas artes sermonárias dos séculos XII e XIII.

Pese embora as transformações sofridas, é com base na divisão aristotélica do discurso retórico, em duas (proposição, com «exposição, indicação do assunto ou questão», e demonstração (argumentação e prova) ou, no máximo, quatro partes (exórdio, expo-

sição, prova, epílogo – ficando a refutação dependente das provas) (78-79), que a autora demonstra a «variante de tripartição da obra» (162), a saber: os primeiros 28 capítulos consagrados às «causas mais imediatas dos acontecimentos centrais»; os capítulos 29 a 150, às lutas entre o partido do Mestre e o da Rainha e do rei castelhano; e a parte final, «ao reconhecimento, louvações e recompensas dos heróis», correspondendo esta última à *confirmatio, refutatio e peroratio* (159-161). Exceptuando esta conclusão, a segmentação apresentada é menos decisiva em relação à *ordenança* global da crónica do que a estrutura concêntrica sugerida por A. J. Saraiva, a divisão em conjuntos apontada por J. G. Monteiro, ou ainda o princípio de causalidade e os critérios antropológicos e topológicos (63) que a autora também convoca. De resto, na crónica, a articulação retórica em exposição e prova afigura-se mais operatória no interior dos capítulos ou em sequências de capítulos do que no conjunto da obra. Recorde-se, por exemplo, o caso do «anunciado» assassinato do Conde Andeiro às mãos túbias do Mestre, onde a narração de sucessivos fracassos, recusas e hesitações corrobora a afirmação inaugural da ação da providência divina que predestinara o Mestre para ser rei e para restaurar a honra maculada. Por outro lado, o espartilho retórico que se impõe à crónica acaba por desvalorizar ações vitais como sejam as lutas pós-cerco (nos arredores de Lisboa, no Alentejo e no Porto),

neutralizando «confirmações» diversas: com efeito, se as vitórias do partido do Mestre confirmam o seu poder ascensional, não são, contudo, subsumíveis nos capítulos de afirmação providencial programática (sermão de Frei Rodrigo de Sintra, Evangelho Português e ladainha dos heróis). O mesmo ocorre com alguns focos da refutação dispersos em possíveis notas críticas. Distintamente, a peroração cumpre o seu propósito: quase a encerrar a crónica, sintetiza a história em provas argumentativas.

Delineadas as três sequências narrativas, MAM articula a hermenêutica da crónica com o levantamento comentado do *ornatus* que a anima tanto ao serviço do plano providencial, antes dilucidado por Luís de Sousa Rebelo, como por simples reconfiguração estética. O tecido textual é abordado em função de uma conceção da alegoria como figura subordinante das demais (metáfora, símile, metonímia, sinédoque...) e como processo fundamental «para atribuir à história da revolução portuguesa de 1383-1385 o carácter de luta entre o Bem e o Mal» (163), polarizados no amor do povo e no ódio da Rainha. Com efeito, Fernão Lopes explora a hostilidade de Leonor Teles, que, na sua viuvez, recusa o casamento com o Mestre, e, em «tensão estruturante» (168), contrapõe-lhe a metáfora enaltecedora de uma Lisboa viúva, «teemdo entom o Meestre por seu deffensor e esposo» (cap. CLX).

A estetização das dicotomias prolonga-se numa quase sistemática recon-

figuração religiosa e bíblica da história nacional, comprovando a dimensão providencial que garante a sacralização da causa de Avis. A autora revisita a interpretação tipológica de Frei Rodrigo de Sintra que, no sermão de ação de graças após o levantamento do cerco castelhano, compara a libertação de Lisboa a episódios do Antigo Testamento; os capítulos de coroação literária em que Fernão Lopes exercita a sua veia panegírica em comparações e metáforas que elevam D. João de Avis a Cristo e o Condestável Nuno a S. Pedro; e a alegoria do tempo e da história que reconfigura a época iniciada com os feitos do Mestre numa sétima idade em que «filhos dhomees de tam baixa condiçom que nom compre dizer» ascenderam socialmente (cap. CLIII). MAM vê neste passo o momento em que «A analogia que se estabelecera entre a Revolução e o Cristianismo acaba por descambar na ironia» (221) com que Fernão Lopes visa a falsa nobreza surgida da liberalidade do Mestre. Este entendimento secunda o de Teresa Amado (que, todavia, não é convocada), mas depara-se com resistências cotextuais a fundamentar a versão mitificante deste tempo, neste lugar preciso da crónica. O contexto encomiástico da sequência de capítulos em que se insere a Sétima Idade ilustra uma das pluralidades de escrita do cronista e não compromete, nem o recurso à ironia noutros trechos, nem imagens mais realistas e menos abonatórias do Mestre. Não se afigura-

ria coerente, porém, que páginas após ter louvado a lealdade e dedicação de fidalgos e cidadãos e as grandes merçês com que o Mestre recompensara os seus homens, o mesmo autor fosse censurar putativos excessos. De resto, a referência é por demais objetiva para poder insinuar ironia. De igual modo se estranha ainda uma eventual derisão em relação a familiares dos que, no tempo da escrita, defenderiam a regência de D. Pedro. De alguma forma, parece haver necessidade de minorar o radicalismo dos encómios, coartando possíveis alterações aos protocolos de escrita. Fernão Lopes revela ter uma noção clara do dispositivo a utilizar. E os capítulos CLIX-XCLXIII fixam o retrato oficial da tríade Mestre – Condestável – povo (*l.s.*) que o cronista transmuda em coroação literária, uma das modalidades da confirmação retórica, a preceder a distante peroração jurídica, ainda sua, mas partilhada com João das Regras.

À revisão crítica da bibliografia publicada e ao contributo inovador da aturada demonstração do poder retórico do texto, o estudo de MAM acrescenta o notável mérito de estabelecer uma fecunda ponte entre estudos literários portugueses e brasileiros, divulgando, na comunidade académica brasileira, uma visão revalorizadora da vertente estética da crónica tantas vezes dissipada pela discussão ideológica.

*Ana Maria Machado*

**ANTERO DE QUENTAL E A VIAGEM À AMÉRICA. REMANDO CONTRA A MARÉ**  
**ANA MARIA ALMEIDA MARTINS**  
 Lisboa, Tinta da China, 2011  
 160 páginas, ISBN 978-989-671054-5

Conhecedora profunda de Antero de Quental, Ana Maria Almeida Martins tem dedicado uma obra vasta e de grande rigor ao estudo desta aurática figura da nossa cultura. O volume que acaba de publicar é dedicado a um dos momentos mais obscuros (e intrigantes) da vida do poeta – a viagem à América, no verão de 1869 – e que também por isso se tem prestado a uma certa efabulação: ora se considera um episódio inconsequente, ora se lhe atribui uma importância decisiva na evolução do seu pensamento político. AMM propõe-se rever os dados desta misteriosa aventura, «remando contra a maré» da mitificação. E fá-lo encadeando a exaustiva informação factual numa saborosa narrativa bio-bibliográfica, capaz de interessar tanto o leitor comum como o estudioso da obra de Antero. Esse fio narrativo permite-lhe, por outro lado, contrabalançar alguma descontinuidade entre os vários capítulos do livro.

Desengane-se porém quem espera, com este título sugestivo, conhecer finalmente os pormenores da estada do poeta no Novo Continente, as suas impressões acerca das cidades, das pessoas ou da organização política e social. Muito se tem especulado mas pouco se continua a saber porque os testemu-